

DOSSIÊ

RAPOSA SERRA DO SOL, COMO ESTÁ HOJE: AVANÇOS E CONQUISTAS 10 ANOS DEPOIS DA DECISÃO DO STF

UM PROJETO DE VIDA PARA OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL E DO MUNDO



RSS, 01 DE OUTUBRO DE 2019

APRESENTAÇÃO

A Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem uma extensão de 1.747.464 hectares, localizada ao norte do Estado de Roraima. Compreende todo o curso do rio Maú ou Ireng, fronteira entre Brasil e Guiana; ao sul, limita-se no médio curso do rio Tacutu, na confluência com os rios Surumu e Maú; e ao oeste, com a área São Marcos, tendo por limites os rios Surumu e Miang.

Segundo os dados do Censo Populacional de 2018 do Distrito Sanitário Especial Indígena -DSEI Leste, a Terra Indígena Raposa Serra do Sol tem nesse ano uma população de 25.635 pessoas, dos povos indígenas Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Patamona e Wapichana, distribuídos em 209 comunidades ao longo de todo o território.

Se comparados com os dados do Censo de 2012, que apontavam uma população de 21.591 pessoas, constatamos que há um crescimento moderado e continuado da população da TI Raposa Serra do Sol. Tem uma organização própria, dividida em 04 regiões: Surumu, Serras, Raposa e Baixo Cotingo.

1. PROCESSO HISTÓRICO

Ao longo de mais de trinta anos, os povos indígenas tiveram que superar os mais diversos entraves jurídicos, administrativos e políticos, ao mesmo tempo que retomavam o controle de seu território a partir de uma forte organização social e comunitária.

A homologação integral da Raposa Serra do Sol representou não apenas uma vitória para os povos indígenas de Roraima, mas também marcou um momento histórico quando o direito coletivo prevaleceu sobre os interesses particulares e econômicos no nosso país.

A primeira tentativa do Estado de assegurar uma terra para os povos que hoje habitam a Raposa Serra do Sol aconteceu em 1917, através da Lei nº 941 do Estado do Amazonas, que destinava, para a ocupação e usufruto dos índios, a região entre os rios Cotingo e Surumu.

Sessenta anos depois, em plena ditadura militar, o novo órgão indigenista, a FUNAI, instituiu em 1977 o primeiro Grupo de Trabalho Interministerial para a identificação do território. Posteriormente criou novos grupos de trabalho em 1979 e 1984. Nenhum desses três grupos de trabalho conseguiram elaborar uma proposta de identificação.

O último dos grupos chegou a apresentar uma proposta que demarcava Raposa Serra do Sol em cinco territórios pequenos, em oposição à determinação dos povos Macuxi, Ingarikó, Taurepang, Wapichana e Patamona de ter um território integral.

Em 1993, um novo Grupo de Trabalho da FUNAI definiu com o Parecer nº 036/DID/DAF/93 um território contínuo para Raposa Serra do Sol, de rio a rio, como o conhecemos hoje. Em dezembro de 1998 o Ministério da Justiça assinou a Portaria 820/98 de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol integralmente. Acirrou-se então uma batalha judicial para questionar a portaria de demarcação, alegando motivos de soberania nacional ou de falsidade no laudo antropológico.

Em abril de 2005, o novo Ministro da Justiça substituiu esta Portaria demarcatória, intensamente judicializada, e assinou a nova Portaria 534/2005

que foi homologada imediatamente pelo Presidente da República. A Portaria 534/2005 sofreu, no entanto, uma Ação Popular questionando a constitucionalidade da demarcação e homologação de Raposa Serra do Sol.

Entre 2008 e 2009, o Supremo Tribunal Federal julgou a PET 3388. Por dez votos a um, o STF decidiu pela constitucionalidade da demarcação integral da Raposa Serra do Sol, incorporando, de forma exclusiva para o caso da Raposa Serra do Sol, uma série de 19 condicionantes.

As condicionantes estabelecidas pelo STF no julgamento da Ação Popular PET 3388/RR em 2009 reafirmam direitos estabelecidos na Constituição Federal. Outras condicionantes, no entanto, são inconstitucionais. É extremamente importante que fique claro que a decisão da Raposa Serra do Sol vincula apenas essa demarcação.

2.RAPOSA SERRA DO SOL HOJE: AVANÇOS E CONQUISTAS

2.1. Nossa organização Social

Foi somente após confirmação do STF que criou-se um ambiente mais favorável para elaboração dos planos comunitários de manejo ambiental e territorial, conforme os costumes, crenças e tradições de cada povo, mas buscando parcerias com órgãos públicos, instituições e entidades da sociedade civil.

a. Escritórios regionais

Desde 2015, as lideranças vêm se fortalecendo com a construção de Escritórios Regionais: Maturuca (região das Serras) que atende 81 comunidades, Centro Regional Amoko Pêê Depê (região Baixo Cotingo) que atende 25 comunidades, Centro regional 15 de Abril (região de Surumu) que atende 18 comunidades e o Centro Regional Severino Arnaldo Constantino (região Raposa) que atende 45 comunidades indígenas.

Os Tuxauas estão investindo no fortalecimento da autonomia administrativa, voltados para o controle e acompanhamentos dos projetos das comunidades.

Os escritórios reúnem todas as documentações da região, atendimentos diversos as comunidades e centro para resolução de problemas internos e trata de outros assuntos das comunidades.

Região de Surumu



Escritório regional 15 de Abril, na comunidade Indígena Barro, atende 3.862 população de 18 comunidades.

Região Raposa



Escritório regional, no centro regional Lago Caracaranã, atende 5.073 indígenas de 45 comunidades indígenas

Região Baixo Cotingo



Escritório regional, comunidade de Camará, atende 3.862 população de 25 comunidades indígenas

Região Serras



Escritório regional na comunidade Maturuca, atende 25.635 população de 81 comunidades indígenas

2.2. Plano de Gestão Territorial e Monitoramento, Vigilância e capacitação em direitos indígenas

Com a terra livre de perseguições e invasões os povos da Raposa Serra do Sol iniciaram o fortalecimento na gestão do território e fortalecimento do seu próprio sistema jurídico indígenas, como abaixo descritos:

a. Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas - ATAIS



Foram capacitados 110 Agentes Territoriais e Ambientais Indígenas-ATAIS que atuam na TI Raposa Serra do Sol. Eles recebem formação continuada nas áreas como: meio ambiente; monitoramento e proteção do território; soberania alimentar e alimentação alternativa; funcionamento da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena - PNGATI; manejo de resíduos sólidos e rejeitos; fauna e flora; e cidadania.

Um das novidades da formação dos agentes territorial e ambiental indígena (ATAI) é o acesso ao aplicativo “alerta clima indígena”, umas das inovações para enfrentar as mudanças climáticas nas terras indígenas.



Tuxaua, Sra. Valdina da comunidade indígena Macaco, região Raposa, fazendo o uso do aplicativo “**alerta clima indígena**”. O aplicativo envia informações sobre focos de calor, desmatamento e risco de seca para as TIs da Amazônia brasileira.

Em 2012 e 2013 foram elaborados dois Planos de Gestão Ambiental e Territorial-PGTA, junto às nove comunidades que fazem parte do Centro Maturuca (Região Serras) e outras seis que pertencem ao Polo Base Santa Cruz (Região Raposa).

O Plano de gestão territorial representa o olhar sobre o futuro sem perder as crenças e tradições. Todos os planos são elaborados com a participação de todos os membros da comunidade, mulheres, jovens, pajés, idosos, professores, conselheiros, vaqueiros e demais lideranças.

A terra Raposa Serra do Sol é o bem maior dos povos originários, considerada como ANNA PATA ANNA YAN, em macuxi, na língua portuguesa significa “Nossa Terra Nossa Mãe”. Essa visão traduz a relação harmoniosa com o território sagrado.

No PGTA, as comunidades discutem e organizam seus planos com perspectiva de médio e longo prazo, abordando de forma holística aspectos que têm a ver com a parte social, produtiva, ambiental e de organização social.

Em 2018 iniciou ainda outros dois PGTA dentro de Raposa Serra do Sol nas regiões de Raposa e Baixo Cotingo.

b. Operadores Indígenas de Direito

Desde 2001, O Conselho Indígena de Roraima - CIR em parceria com as comunidades indígenas desenvolvem o programa “formação dos operadores indígenas”, com objetivo de capacitar as lideranças na área de direitos indígenas, meio ambiente e outras áreas específicas do direito. Foram capacitados 155 líderes indígenas na Raposa Serra do Sol.



As atividades desenvolvidas pelos operadores é auxiliar os tuxauas e demais lideranças nos casos quando ocorrem conflitos internos, elaboram documentos, participam de reuniões, assembleias regionais e participam de reuniões fora da comunidade.

Os operadores anualmente se reúnem para avaliar o contexto do estado brasileiro sobre os direitos indígenas. São feitos estudos e análises das medidas que o governo toma sobre a questão territorial e ambiente. Hoje as comunidades estão mais fortalecidas e com autonomia de tomar decisões e reivindicar seus direitos.

2.3. Saúde e medicina tradicional



Na Raposa Serra do Sol atua 214 agentes indígenas de saúde e 143 agentes indígenas de saneamento, além de técnico microscopistas, técnico em enfermagens, parteiras e pajés. Iniciativas importantes, como o

fortalecimento da medicina tradicional tem fortalecido as comunidades indígenas.

Os profissionais indígenas de saúde são fundamentais para o atendimento básico aos indígenas das comunidades, porque além do conhecimento técnico são conhecedores das práticas tradicionais do seu povo ou comunidades que atendem.

2.4. Autonomia Sustentável – Produção agropecuária

O Projeto Gado, uma das principais estratégias de auto sustentação nas últimas décadas e que foi determinante também na efetiva retomada das terras indígenas.

Em 2018, segundo dados da Agencia de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR, nas comunidades dos municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã somavam 50.437 cabeças de bovinos. Em 2013, o total de gado foi de 41.243 animais. Os três municípios juntos incidem em quase toda a extensão da T. I. Raposa Serra do Sol.

Um das iniciativas para fortalecer a agricultura familiar indígena, através de um mercado solidário com trocas e vendas de produtos é a realização de feiras regionais e comunitárias ao longo do ano.



As Feiras reúnem também como objetivo o fortalecimento dos conhecimentos e saberes próprios dos povos indígenas, a riqueza da biodiversidade que os povos preservaram e o potencial que isso tem para continuar construindo um futuro sustentável com uma produção diversificada de alimentos e uma reposição e preservação da própria diversidade natural que existe em nosso território.

Todos os produtos são cultivados de forma orgânica, com manejo sustentável da matas, dos campos.

2.5. Educação escolar indígena e formação profissionalizante

a. Centro Indígena de Formação

O CIFCRSS, de ensino profissionalizante e integrado ao ensino médio, localizado na comunidade indígena Barro, região de Surumu, centro particular de caráter comunitário, sob a responsabilidade e gestão da coordenação da Raposa Serra do Sol, foi criado no ano de 1996. A primeira turma de técnicos foi formada no ano de 2002. No total foram capacitados 90 técnicos na área de agropecuária.



É um espaço estratégico para a formação de jovens indígenas e sobre as alternativas de manejo territorial e ambiental, produção e organização social dentro da T.I Raposa Serra do Sol

Os jovens aprendem e aperfeiçoam os conhecimentos na área de produção de culturas como milho, banana, arroz, pimenta etc. Também aprendem sobre manejo do rebanho bovino e conhecimentos sobre projetos de suíno, viveiro de mudas, piscicultura e outros.



Cabe destacar que o centro foi alvo de um criminoso incêndio ocorrido em setembro de 2005, ainda não suficientemente apurado, perpetrado meses depois da homologação pelo Presidente da República da demarcação em área contínua de nosso território.

Apesar disso, dezenas de jovens indígenas continuaram estudando e formando-se neste Centro, que tornou-se espaço de resistência e de diálogo dos povos indígenas sobre o futuro sustentável na TI Raposa Serra do Sol e em outros territórios indígenas do Estado.

b. Educação Escolar Indígena

Atualmente funcionam na TI Raposa Serra do Sol um total de 141 escolas, entre Ensino Fundamental e Ensino Médio, com 887 professores indígenas e 8.316 alunos. Poucos anos atrás, os jovens que queriam continuar seus estudos eram obrigados a sair de sua comunidade e as escolas comunitárias dependiam de professores não indígena.

A luta e reivindicação por uma educação escolar indígena diferenciada, que dialogue com os próprios processos educativos dos povos indígenas, continua sendo um desafio diante das dificuldades do sistema escolar padrão para relacionar-se com a diversidade social e cultural. Por outro lado, muito espaço já foi conquistado neste campo e as escolas indígenas representam hoje o setor mais dinâmico e desafiador da educação escolar no conjunto do Estado de Roraima.

2.6. Centro Judiciário de Solução de conflitos e cidadania

Em 2015 por iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e com o apoio direto do então presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ricardo Lewandowisk, inaugurou-se o primeiro polo indígena de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) na comunidade do Maturuca, considerado o coração da Raposa Serra do Sol.

O Ministro Lewandowisk foi pessoalmente ao Maturuca conhecer os conciliadores e instalar o polo que está funcionando ativamente na região nesses últimos dois anos. O programa concorreu ao Prêmio *Innovare* que visa

premiar as iniciativas que contribuem para o aprimoramento da Justiça no Brasil.



Foram capacitados 15 indígenas que atuam no Polo Indígena de Conciliação Maturuca, atendendo diretamente 82 comunidades indígenas na região das serras, Município de Uiramutã. Segundo os conciliadores o objetivo é auxiliar na resolução de conflitos internos de maneira pacífica e rápida, sem depender da interferência imediata da Justiça.



Em 2019, os povos indígenas da Raposa Serra do Sol iniciaram a última fase do “Regimento da Raposa Serra do Sol” que é um conjunto de normas baseados nos costumes, crenças e tradições. Reconhecer as práticas tradicionais é respeitar os povos indígenas como detentores de sabedoria ancestral.

2.6. Produção de energia limpa “Energia eólica”

Finalmente, após a confirmação da demarcação da TI Raposa Serra do Sol ampliaram os acordos e parcerias dos povos indígenas com órgãos públicos das três esferas federativas. De igual modo, fortaleceram-se e ampliaram-se as colaborações com Universidades, instituições de pesquisa e entidades da sociedade civil.

Desde 2012 o Conselho Indígena de Roraima - CIR em parceria com ISA e a UFMA desenvolvem o projeto “Cruviana” que é o estudo sobre o potencial eólico na região das serras. A energia eólica é uma alternativa aos projetos hidrelétricos previsto para região que podem trazer vários impactos socioambientais negativos.

2.6. Participação indígena na política partidária

Os povos indígenas iniciam uma nova fase na administração pública, começando pela eleição de 03 vereadores indígenas através da participação coletiva e respeitosa nos municípios de Uiramutã, Pacaraima e Normandia.

Vereado Gregório, Município de Uiramutã



3.RAPOSA SERRA DO SOL LIVRE DE INVASÕES É UMA TERRA DE LIBERDADE E DE UM POVO FELIZ.



Conclusão

A demarcação integral da Terra Indígena Raposa Serra do Sol é um exemplo importante de reconhecimento pleno dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Não há argumentos antropológicos ou jurídicos que vinculem o direito pleno à terra indígena a um certo desenvolvimento sócio-cultural e econômico entre os povos envolvidos. O direito pleno à nossa terra ancestral é justamente para permitir que possamos viver do nosso jeito e construir um futuro baseado nas nossas visões de progresso e bem estar.

A homologação da T. I. Raposa Serra do Sol resultou na diminuição visível dos conflitos diretos e indiretos sobre terra em Roraima. A tranquilidade que os povos indígenas sentem de não serem atacados em suas próprias casa e roças tem um valor e um efeito incalculável para as crianças, jovens de mulheres.

Por fim, a solidariedade dos povos Macuxi, Ingarikó, Wapichana, Patamona e Taurepang a todos os povos indígenas do Brasil em suas lutas e reivindicações pela demarcação de seus territórios e pelo pleno exercício e garantia de seus direitos. Que o governo e os políticos ao invés de tentarem minar os direitos, vejam os povos tradicionais como protagonistas de suas vidas, com direitos que precisam ser assegurados por meios de políticas públicas, recursos financeiros necessários para uma sociedade verdadeiramente justa, igualitária e de paz.

Terra Indígena Raposa Serra do Sol, 01 de outubro de 2019